

**Harmonização da terminologia nos documentos
produzidos no Gabinete de Intercâmbio do Ministério da
Cultura de Angola**

Sérgio Tomás Segunda

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão de
Informação de Especialidade**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Junho, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Rute Vilhena Costa.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Sérgio Tomás Segundo

Lisboa, 23 de Maio de 2017

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Paulo Costa

Lisboa, 23 de Maio de 2017

DEDICATÓRIA

*«À memória de meu querido pai,
António Capitango Segunda».*

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão primeiramente a Deus, pelo dom da vida.

À minha família, pelo apoio incondicional, especialmente à minha esposa Victória Fernando e aos meus filhos Wandy Laura, Laura Wandy e Sténio Segunda.

À minha orientadora, Professora Doutora Rute Costa, por me ter inserido no mundo da terminologia, com o seu profundo saber, rigor e paciência.

Ao Professor Doutor Christophe Roche, à Doutora Raquel Silva e especialmente à Professora Doutora Teresa Lino, pela amabilidade e disponibilidade com que me transmitiram os seus ensinamentos ao longo de toda a formação.

Ao Ministério da Cultura em geral e, ao Gabinete de Intercâmbio em particular, pelo apoio institucional que me foi concedido durante o processo de formação.

Ao Ministério do Ensino Superior, em particular ao Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo e ao Sector de Estudantes da Embaixada de Angola em Lisboa, pelo apoio em todo o processo de concepção e gestão da bolsa de estudo.

Ao Ministério da Educação, em especial à Dr^a. Paula Henriques, por me ter dado a oportunidade de fazer parte do grupo de formandos em Terminologia.

Aos meus inesquecíveis colegas de formação, pela amizade e solidariedade desenvolvida antes e durante a formação.

A todos quanto directa ou indirectamente contribuíram para que este sonho se tornasse uma realidade.

**HARMONIZAÇÃO DA TERMINOLOGIA NOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS NO
GABINETE DE INTERCÂMBIO DO MINISTÉRIO DA CULTURA DE ANGOLA**

SÉRGIO TOMÁS SEGUNDA

RESUMO

A presente dissertação tem como tema a harmonização da terminologia nos documentos produzidos no Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Cultura de Angola.

É ponto assente que a terminologia, na sua dimensão conceptual e linguística, constitui um elemento indispensável para a organização e representação do conhecimento. Mas nem sempre a terminologia em uso pelos especialistas da área de conhecimento satisfaz a necessidade de comunicação, pelo que, o nosso estudo visa propor a organização da terminologia em uso nos documentos produzidos pelos especialistas do Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Cultura de Angola.

Para concretizarmos este propósito, tivemos como ponto de partida uma abordagem com base num corpus textual monolíngue, composto por textos referentes às relações de cooperação cultural estabelecidas entre o Estado angolano e outros estados, para fins de identificação e extracção de unidades terminológicas que designam os diversos conceitos da área de especialidade em estudo. A partir do corpus, analisámos e identificámos situações de variação terminológica decorrentes de factores de natureza extra-linguística para o devido tratamento de dados. Para assegurar a estabilidade dos termos e proporcionar melhor organização e sistematização da terminologia em uso no Gabinete de Intercâmbio propusemos um modelo de base de dados terminológicos, destinado aos técnicos do referido gabinete.

Palavras-chave: Terminologia; Variação terminológica; Harmonização terminológica.

**HARMONISATION OF THE TERMINOLOGY USED IN DOCUMENTS PRODUCED BY THE
EXCHANGE OFFICE OF THE MINISTRY OF CULTURE OF ANGOLA**

SÉRGIO TOMÁS SEGUNDA

ABSTRACT

The topic of this dissertation is the harmonisation of the terminology used in documents produced by the Exchange Office of the Ministry of Culture of Angola.

It is understood that terminology, in its conceptual and linguistic dimensions, is essential for the organisation and representation of knowledge. However, the terminology used by the experts in a specific field of studies does not always meet communication needs. Therefore, our study aims to suggest the organisation of the terminology used in the documents produced by the experts that work for the Exchange Office of the Ministry of Culture of Angola.

In order to implement this project, we employed an approach based on a monolingual corpus composed of texts produced within the scope of cultural cooperation between Angola and other states for the purpose of identifying and extracting the terminological units that designate the different concepts used in this field. Working with the corpus, we have analysed and identified instances of terminological change that arise from extra-linguistic factors, and used that information to process our data. To ensure the stability of the terms and offer a better organisation and systematisation of the terminology used at the Exchange Office, we suggest a database model targeted at the technicians that work for that Office.

Keywords: Terminology, Terminological change, Terminological harmonisation.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
I – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	4
1.1. As Relações Internacionais.....	4
1.1.1. Relações de Cooperação Cultural.....	5
1.2. Ministério da Cultura de Angola.....	7
1.2.1. Antecedentes históricos.....	7
1.2.2. Política Cultural de Angola.....	8
1.2.3. Atribuições e estrutura orgânica do Ministério da Cultura.....	10
1.2.4. O Gabinete de Intercâmbio.....	12
II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	13
2.1. Harmonização em terminologia.....	13
2.2. Harmonização vs Normalização.....	14
2.2.1. Normalização.....	15
2.2.2. Harmonização.....	16
2.3. Importância da harmonização da terminologia no contexto da Administração Pública.....	18
III – CONSTITUIÇÃO DE <i>CORPUS</i>.....	21
3.1. O <i>Corpus</i>	21
3.2. Critérios de constituição do <i>corpus</i>	22
3.3. Etapas de constituição de <i>corpus</i>	23
3.3.1. Recolha e selecção de textos.....	23
3.3.2. Composição do <i>corpus</i>	26
3.4. Ferramentas para o tratamento semi-automático dos textos.....	26

3.5.	Tratamento semi-automático dos textos.....	27
3.5.1.	Frequências.....	27
IV	– ESTUDO DA VARIAÇÃO EM TERMINOLOGIA PARA FINS DE	31
	HARMONIZAÇÃO.....	
4.1.	Caracterização da variação em terminologia.....	31
4.1.1.	Classificação e descrição da variação terminológica.....	33
4.1.2.	Identificação e análise dos casos de variação terminológica.....	35
4.2.	Proposta de um modelo de base de dados terminológicos.....	45
4.2.1.	Criação da base de dados.....	45
4.2.2.	Definição do público-alvo.....	46
4.2.3.	Descrição da estrutura interna da base de dados.....	46
4.2.4.	Registo das fichas terminológicas.....	48
	CONCLUSÃO.....	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

A Terminologia é um domínio cujo carácter dinâmico e evolutivo vem despertando preocupação e interesse dos especialistas de diversas áreas de conhecimento ou actividades profissionais.

Quer seja vista como um «Inter- and transdisciplinary field of knowledge dealing with concepts and their representations (terms, symbols etc.)»(Felber, 1984:1), quer como «[...] una serie de prácticas que han evolucionando en torno a la creación de términos, surecopilación y explicación y, finalmente, su presentación en forma impresa o por medios electrónicos»(Sager, 1993:19), a Terminologia constitui um domínio de grande importância e indispensável para a organização e representação do conhecimento.

A organização e a representação do conhecimento de uma área do saber passam pela compreensão que se tem da realidade e pela sua representação por via de textos e discursos produzidos pelos profissionais de forma coerente e eficaz. Mas a produção textual e discursiva dos especialistas nem sempre cumpre com o propósito de garantir uma comunicação eficiente. Neste contexto, o Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Cultura de Angola não foge à regra.

O nosso interesse em desenvolver um estudo no Gabinete de Intercâmbio advém de uma motivação pessoal, resultante fundamentalmente da observação efectuada neste gabinete enquanto técnico do Ministério da Cultura de Angola.

O Gabinete de Intercâmbio é um departamento ministerial encarregue de assegurar e acompanhar as matérias relativas ao estabelecimento de relações culturais entre o Ministério da Cultura e os organismos congéneres de outros países e organizações internacionais.

No âmbito da sua competência são produzidas um conjunto de matérias que visam assegurar os interesses e o cumprimento das obrigações de Angola no domínio da Cultura.

Entretanto, essas matérias produzidas estão sujeitas a problemas de falta de coerências linguísticas e terminológicas que podem gerar ambiguidades, dificultando, deste modo, a comunicação entre os técnicos e entre estes com os demais sectores. Neste sentido, o objectivo do nosso trabalho consiste em propor a organização da terminologia nos documentos produzidos no referido gabinete.

O processo de organização da terminologia em uso neste Gabinete permitirá resolver problemas de inconsistência da terminologia utilizada nos documentos e, por conseguinte, melhorar a produção textual e discursiva, facilitando deste modo, a comunicação entre os técnicos dos diferentes departamentos ministeriais e institucionais.

Daí a necessidade de uma harmonização da terminologia, com vista a estabilizar os termos no seio do Gabinete e reduzir factores de ambiguidades na comunicação entre os especialistas.

Deste modo, adoptou-se como ponto de partida, uma abordagem baseada num corpus textual monolingue, composto por textos redigidos em português, que versam sobre matérias relacionadas com as relações de cooperação cultural entre Angola e vários países da África, América, Ásia e Europa.

Para fins de identificação e extracção automática das unidades terminológicas que designam conceitos da área em estudo, recorreu-se ao programa informático AntConc, que permitiu um processamento rápido e eficiente de grandes quantidades de textos.

Os textos analisados em diferentes etapas permitiram a identificação e descrição de situações de variação de unidades terminológicas multilexicais, relativas às variantes terminológicas de natureza lexical e sintáctica. Trata-se de um fenómeno que pode estar motivado por factores sociais, culturais, estilísticos, psicológicos ou conceptuais que influenciam a produção textual e discursiva, suscitando ambiguidades e dificuldades na comunicação.

Para assegurar a estabilidade dos termos e garantir uma melhor organização da terminologia em uso no Gabinete de Intercâmbio propusemos um modelo de base de dados terminológicos monolíngue.

Importa referir que o presente trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos: No primeiro capítulo, debruçamo-nos inicialmente sobre a contextualização do domínio das relações internacionais, mais especificamente das relações de cooperação cultural. Debruçamo-nos também sobre a organização do Ministério da Cultura de Angola, destacando os antecedentes históricos, as atribuições e estrutura orgânica do Ministério da Cultura, assim como as competências inerentes ao Gabinete de Intercâmbio, área sobre a qual recai o nosso estudo.

No segundo capítulo, fizemos um enquadramento teórico em torno da harmonização em Terminologia, diferenciando o processo de harmonização, do processo de normalização. Destacamos ainda, neste capítulo, a importância da harmonização da terminologia no contexto da Administração Pública.

No terceiro capítulo, apresentámos uma abordagem relacionada com a constituição de corpus, baseada em critérios considerados necessários para a sua constituição. Após a recolha de textos para constituição do corpus desenvolvemos outras tarefas tais como a organização dos textos de acordo com as suas tipologias e o uso de ferramentas computacionais para o tratamento semiautomático dos textos.

Finalmente, no quarto capítulo, fizemos a análise dos fenómenos de variação da terminologia nos textos recolhidos, tendo sido, de seguida, caracterizados e classificados os diferentes casos de variação terminológica. Ainda neste capítulo abordámos a necessidade de propormos a harmonização das variantes terminológicas observadas no corpus do trabalho e apresentadas num modelo de base de dados, com vista a contribuir para a melhoria dos serviços desenvolvidos no Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Cultura de Angola.

I – CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. As Relações Internacionais

As Relações Internacionais são «o reflexo, o espelho das interacções desenvolvidas pelos principais actores internacionais - os Estados, as Organizações Internacionais, as Empresas Multinacionais» (Fernandes, 1991:20).

O surgimento de vários fenómenos internacionais, decorrentes do processo de globalização, do desenvolvimento da ciência e da técnica, da integração dos estados em blocos regionais, continentais, internacionais e da mundialização da economia, permitiu o desenvolvimento das relações internacionais e o alargamento do seu campo de estudo.

No contexto actual, as Relações Internacionais «abrangem as relações entre os Estados, as relações entre as organizações internacionais e entre estas e os Estados, as relações entre os Estados e as empresas nacionais e multinacionais [...]» (Fernandes, 2015:23).

Entretanto, de entre os principais actores das relações internacionais, os Estados são os que conservam um papel central no cenário internacional, visto que, são eles que promovem e desenvolvem as relações entre si, financiam as organizações internacionais e autorizam a implantação das empresas multinacionais.

As relações estabelecidas entre os Estados podem assumir diversas formas, com base em várias perspectivas de análise.

Neste sentido, Fernandes (1991:22) divide as relações internacionais dos Estados em relações pacíficas ou amigáveis e relações conflituosas. As relações pacíficas ou amigáveis são relações que se desenvolvem de acordo com a normalidade internacional reconhecida e aceite pelos Estados. Podem ser de reciprocidade, de cooperação e coordenação e de integração. As relações de reciprocidade são desenvolvidas ao nível das relações consulares, diplomáticas clássicas e *ad hoc*. As relações de cooperação e coordenação podem ser de natureza política, económica,

militar, social, científica, técnica e cultural. Ao passo que as relações de integração podem ser ao nível de uma federação ou federação supranacional. Por seu turno, as relações conflituosas são relações que revestem um aspecto mais problemático resultante de dificuldades de várias ordens e que dão origem a desacordos, litígios e guerras.

É neste quadro de relações entre os Estados que são analisadas as relações de Angola, enquanto país integrado na comunidade internacional, que «respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana e estabelece relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos [...]» (Constituição, 2010:8), na base de vários princípios do Direito Internacional.

1.1.1. Relações de Cooperação Cultural

No contexto internacional, a sobrevivência de um Estado está baseada na capacidade de se relacionar e criar vínculos com outros estados, de forma a garantir a sua estabilidade, crescimento e desenvolvimento.

Pelo que, por necessidades da própria natureza dos Estados e dada a dinâmica evolutiva das relações internacionais, os Estados sempre tiveram vinculados com outros, cooperando e interagindo em vários domínios: cultural, político, económico, social, técnico e científico.

Angola, enquanto parte integrada na comunidade internacional, continua a reforçar as suas relações culturais com outros estados e povos. No mundo actual, «todas as culturas têm direito a sobrevivência, o que exige dos Estados a criação de medidas tendentes ao estabelecimento de uma convivência saudável e harmoniosa entre as comunidades dentro e fora das suas fronteiras»¹.

Nesta perspectiva, as relações de cooperação cultural de Angola com outros estados são antigas. De acordo com Pinto «estas relações datam do século XV, com o

¹ Ministério da Cultura de Angola - *Política Cultural de Angola*, Luanda: Mincult, 2007, pp.4.

estabelecimento das primeiras relações diplomáticas do Reino do Kongo com Portugal» (Pinto, 2015:119-146).

Actualmente, Angola desenvolve relações de cooperação cultural com vários Estados da África, Europa, América e Ásia. Trata-se de relações de cooperação bilateral que visam a satisfação de interesses comuns de dois Estados, contrariamente às relações multilaterais que têm por finalidade, a satisfação dos interesses comuns de vários Estados.

Estas relações de cooperação cultural surgem da necessidade do Estado angolano promover o desenvolvimento cultural em todas as suas vertentes e, resulta da definição de uma política externa.

A política externa é «o conjunto de decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo» (Magalhães, 2005:22). Para este autor, a política externa é utilizada para designar o sector da actividade do Estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a outro estado ou grupo de estados.

Neste contexto, a política externa de Angola é formulada e conduzida pelos agentes do Estado por via dos órgãos executivos externos (missões diplomáticas, representações permanentes e consulares) na base de vários princípios: «respeito pela soberania e independência nacional; solução pacífica dos conflitos; reciprocidade de vantagens; cooperação com todos os povos para a paz, justiça e progresso da humanidade» (Constituição, 2010:8).

No âmbito cultural as actividades são conduzidas pelos Serviços Culturais e pelos adidos culturais.

Os Serviços Culturais são órgãos criados junto das missões diplomáticas com objectivo de assegurar, defender os interesses culturais do país (Decreto Executivo Conjunto nº15/84, de 29 de Fevereiro).

Enquanto os adidos culturais são agentes diplomáticos, aos quais compete «representar, proteger, informar, promover, negociar» os interesses do estado

angolano, em conformidade com o Decreto nº34/92 de 17 de Julho e com os princípios da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, de 18 de Abril de 1961.

Apesar de os serviços culturais e de os adidos culturais dependerem administrativamente do Ministério das Relações Exteriores, metodologicamente estes órgãos e agentes culturais dependem do Ministério da Cultura.

1.2. Ministério da Cultura de Angola

1.2.1. Antecedentes históricos

Desde 11 de Novembro de 1975, data que marca a proclamação da independência nacional de Angola, as questões de âmbito cultural foram sendo tratadas por diferentes organismos do Estado.

O processo de gestão destas questões teve início em 1975, com a criação da Secretaria de Estado da Cultura (Lei n.º 1/75, de 12 de Novembro), cujo objectivo visava a definição de políticas de resgates dos valores culturais do povo angolano, de forma a garantir a sua identidade cultural, a preservação e a valorização do património histórico-cultural, bem como o desenvolvimento da criação artística e cultural do país.

Este período ficou marcado com a instituição do 8 de Janeiro como o dia da Cultura Nacional (Decreto n.º 21/86, de 01 de Novembro).

Em 1993, com a realização das primeiras eleições gerais e a instauração da democracia multipartidária, foi extinta a Secretaria de Estado da Cultura e criado o Ministério da Cultura (Decreto n.º 36/93, de 10 de Dezembro). Esta instituição apresentava-se mais ajustada à actual realidade socioeconómica e cultural do país e, às estratégias e programas tendentes ao desenvolvimento da cultura nacional.

Em 1999, deu-se a fusão entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, passando a ser designado por Ministério da Educação e Cultura (Decreto-Lei n.º 6/99, de 9 de Junho). Observou-se, neste período, uma articulação das políticas

educativas e culturais, em virtude de se considerar que grande parte dos problemas culturais era de raiz educativa e vice-versa.

Em 2002, deu-se a desintegração do Ministério da Cultura, tornando-se um ministério independente do Ministério da Educação (Decreto-Lei n.º 16/02, de 9 de Dezembro). Este formato, que figura de 2002 à actualidade, foi impulsionado devido ao processo de estabilidade política e militar do país que culminou com os acordos de Paz assinados em 2002.

1.2.2. Política Cultural de Angola

Angola é um país constituído por vários grupos e comunidades étnicas. Cada grupo apresenta um conjunto de traços distintos e diversificados, com base nos seus usos e costumes, crenças, línguas, religião, que representam o mosaico da cultura de Angola.

Segundo Martins, a cultura é o «conjunto coerente e coordenado de sistemas de valores, crenças, representações, regras de comportamento, e técnicas materiais e intelectuais características de uma sociedade ou de um grupo social» (Martins, 1995:170).

Nesta conformidade, a cultura angolana exprime-se nos seus valores imateriais e materiais. Estes valores são representados pelos seus recursos naturais, crenças, rituais, manifestações artísticas, religiosas, transmitidas de geração em geração.

Todavia, Angola como país africano e membro de diferentes organizações de carácter regional, continental e internacional, está sujeito ao processo de mundialização que transformam o mundo numa aldeia global. As relações e interacções que Angola estabelece com outros sujeitos do Direito Internacional trazem consigo elementos novos que acabam enriquecendo ou enfraquecendo os seus valores culturais.

Deste modo, torna-se necessário da parte dos actores políticos angolanos, a produção de medidas conducentes à preservação, promoção e ao desenvolvimento da cultura nacional, quer no domínio interno, quer externo. Pelo que estas medidas passam pela criação de uma política cultural de Angola.

Relativamente a esta política, estudos preliminares efectuados pela UNESCO afirmam:

[...] 'cultural policy' should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time (UNESCO, 1969:10).

Entendemos que a política cultural constitui factor importante para o crescimento e o desenvolvimento da Cultura quer no contexto interno, quer no externo.

Importa referir que a política cultural de Angola² assenta em quatro princípios fundamentais, designadamente: *i) Preservação da diversidade cultural; ii) Igualdade no tratamento das diversas culturas a preservar; iii) Reconhecimento de pertenças das diversas culturas a uma comunidade comum e a um destino comum, o da Nação Angolana; iv) Unidade nacional.*

É com base nestes princípios que Angola visa alcançar os seus objectivos em matéria de interesse nacional que se resumem, fundamentalmente, na promoção e protecção da identidade cultural, tendo em conta a diversidade e a unidade nacional.

² Ministério da Cultura – *Política Cultural de Angola*. Luanda: MINCULT, 2007, pp. 3-11.

1.2.3. Atribuições e estrutura orgânica do Ministério da Cultura

O Ministério da Cultura, abreviadamente designado por MINCULT, é um órgão auxiliar do titular do poder executivo, a quem compete formular e executar a política cultural de Angola.

Os órgãos auxiliares do titular do poder executivo são departamentos ministeriais, aos quais correspondem áreas específicas de actividade, de acordo com os poderes delegados³.

Para alcançar os fins conferidos por lei (Decreto Presidencial n.º 268/14, de 22 de Setembro de 2014), o Ministério da Cultura - MINCULT serve-se de um conjunto de atribuições, tendo como realce «a gestão e coordenação das áreas do património cultural, da criação artística, da acção cultural, das línguas nacionais de Angola, dos direitos de autor e conexos, dos arquivos, das bibliotecas, do fenómeno religioso, bem como da investigação científica no domínio da cultura e a promoção da cooperação cultural internacional».

No quadro da nova orgânica aprovada por Decreto Presidencial nº. 211, de 27 de Setembro, o MINCULT compreende vários órgãos e serviços, que permitem a prossecução das suas atribuições.

De entre os órgãos e serviços temos a destacar: o órgão de direcção, chefiado pelo Ministro da Cultura que, no exercício das suas competências, é coadjuvado pelo Secretário de Estado a quem delega parte das funções que lhe são atribuídas; órgão de apoio consultivo encarregue de estudar, analisar e elaborar propostas e recomendações sobre a política do executivo para o domínio da cultura; serviços de apoio técnico e executivo directo, aqueles que têm a seu cargo a execução das atribuições específicas do ministério; órgãos superintendidos ou tutelados, entidades autónomas que exercem funções administrativas sob a superintendência do Ministério.

³ Sousa, António F. (2014) – *Manual de Direito Administrativo Angolano*. Porto: Vida Económica, pp. 225;

Importa referir que os órgãos e serviços centrais do Ministério da Cultura regem-se pelos respectivos regulamentos, que são aprovados por decreto executivo do Ministro da Cultura.

A seguir apresentamos o organograma extraído do Estatuto Orgânico do Ministério da Cultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 268/14, de 22 de Setembro:

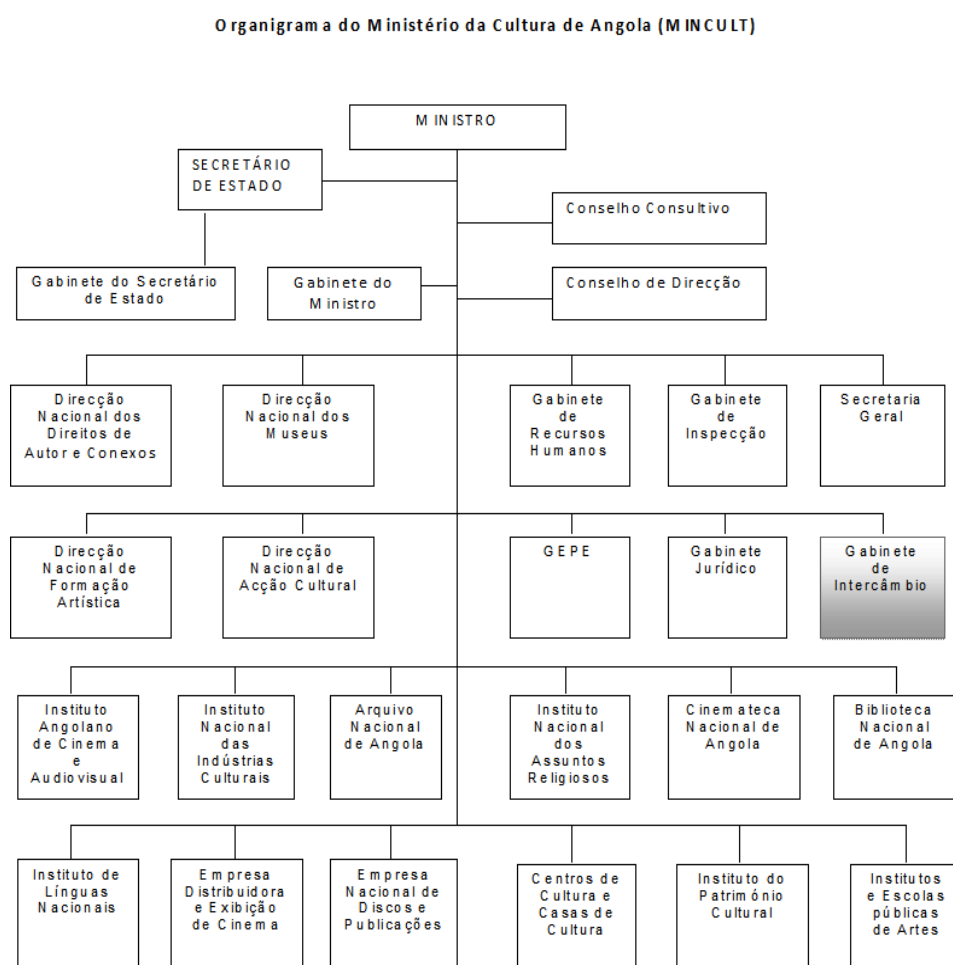


Figura 1 – Estrutura orgânica do MINCULT

1.2.4. O Gabinete de Intercâmbio

Devido ao grande número de órgãos e serviços que integram a orgânica do Ministério da Cultura de Angola, decidimos limitar o nosso âmbito de estudo à área do Gabinete de Intercâmbio.

De acordo com o Decreto Executivo n.º 34/05, de 4 de Março, o Gabinete de Intercâmbio abreviadamente designado por GI, «é o órgão ministerial encarregue de assegurar e acompanhar todos os contactos necessários ao estabelecimento de relações entre o Ministério e os organismos congéneres de outros países e as organizações internacionais».

No âmbito das suas atribuições compete ao Gabinete de Intercâmbio estudar e dinamizar a política de cooperação entre o Ministério e as entidades congéneres de outros países e as organizações internacionais em colaboração com os demais organismos da Administração Central do Estado.

O Gabinete compreende duas áreas específicas: a área de cooperação bilateral e a de organismos internacionais.

- Cooperação bilateral é a área destinada a promover a troca de experiência com outros países no domínio da cultura e colaborar na elaboração de acordos, protocolos nos diversos domínios respeitante ao sector da cultura, bem como acompanhar a sua implementação.
- Organismos internacionais correspondem a área de cooperação multilateral, destinados a acompanhar as actividades das organizações internacionais de que Angola é parte integrante (ONU, UA, UNESCO, SADC, CPLP, PALOP, OMPI, CICIBA).

Importa salientar que, para o cumprimento das suas atribuições, o Gabinete de Intercâmbio serve-se dos agentes internos, técnicos do Gabinete, além dos agentes externos, adidos culturais.

II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Harmonização em terminologia

A abordagem em torno da harmonização tem sido objecto de estudo desenvolvido por diferentes autores (Cabré, 1993), (Faulstich, 1998), (Pavel e Nolet, 2002), (Barros, 2004).

As terminologias, enquanto conjuntos de termos que designam conceitos pertencentes a uma língua de especialidade, ocorrem e desenvolvem-se num determinado contexto social e profissional. O carácter dinâmico, evolutivo e interdisciplinar da terminologia leva os profissionais a recorrerem a várias unidades linguísticas para darem respostas às necessidades sentidas em diferentes contextos comunicativos.

Porém, o uso indiscriminado de diferentes unidades linguísticas em contextos discursivos ou comunicativos nem sempre se recomenda, pelo facto de muitas destas unidades linguísticas tornarem a comunicação ambígua, sem clareza nem objectividade. Se é verdade que há contextos em que a variação é uma riqueza, outros casos há em que a existência de variantes pode resultar da criação não conscientes de termos diversos para conceitos iguais. É esta situação julgamos ser necessário regular: estabilizar os termos no seio do Ministério por forma a reduzir factores de ambiguidades. Para tal, é necessário passar por metodologias de harmonização dos termos.

Segundo Barros «a harmonização é o resultado de um acordo estabelecido sobre o uso de conjuntos terminológicos empregados em um determinado domínio» (Barros, 2004:88). Este acordo resulta da necessidade dos especialistas de um domínio darem resposta às necessidades de comunicação que o contexto sócio profissional lhes apresenta.

São vários os factores que nos conduzem para uma harmonização da terminologia produzida em diferentes domínios profissionais, designadamente: os problemas de inconsistências da terminologia decorrentes de vários fenómenos

linguísticos; a existência de variação e de sinonímia; a falta de coerência linguística e terminológica nos textos e discursos produzidos por especialistas de um domínio; o uso indiscriminado de estrangeirismos e empréstimos intra-linguísticos e inter-linguísticos.

Assim sendo, a falta de harmonização da terminologia pode dificultar a interpretação que cria entraves à comunicação entre os especialistas. Daí a necessidade dos profissionais optarem por uma terminologia consensual que facilite a produção textual e discursiva e, por conseguinte, uma comunicação eficaz entre os especialistas.

2.2. Harmonização vs Normalização

A harmonização e a normalização são duas actividades que resultam do processo de planificação terminológica.

De acordo com a Norma ISO 1087-1, a planificação terminológica corresponde a «activities aimed at developing, improving, implementing and disseminating the terminology of a subject field». A mesma Norma refere ainda que «terminology planning involves all aspects of terminology work and has among other objectives the objective of achieving vocabulary control through such normative documents as thesauri and terminology standards» (ISO 1087-1, 2000:11).

Embora o trabalho tenha como objecto a harmonização, importa fazer uma breve distinção entre a harmonização e a normalização, em virtude da estreita relação que existe entre as duas actividades.

A harmonização e a normalização constituem actividades distintas mas complementares, visto que, a primeira geralmente representa uma via para a normalização.

2.2.1. Normalização

A normalização pode ser entendida como a «selecção, validação e difusão de um ou mais termos por uma entidade de normalização reconhecida, com objectivo de recomendar ou desaconselhar o uso de um termo em uma determinada comunidade» (Pavel e Nolet, 2002:126).

Segundo Barros, «a normalização de um termo significa que o seu uso exclui o uso de qualquer outro termo que designe um mesmo conceito, pelas pessoas físicas ou morais submetidas ao mandato do normalizador, sob pena da aplicação de sanções previstas» (Barros, 2004:85).

Pelo exposto, podemos compreender que a actividade de normalização pressupõe a intervenção institucional com autoridade para conferir o uso de um determinado conjunto de termos em detrimento de outros relativo a um domínio específico.

Esta intervenção pode ser feita pelos organismos nacionais de normalização e pelos organismos internacionais de normalização. No entanto, é no segundo tipo de intervenção desencadeado pelos organismos internacionais de normalização que se enquadra a International Organization for Standardization–ISO, cuja finalidade consiste na normalização do uso dos termos técnicos e científicos.

A normalização dos termos técnicos e científicos foi uma preocupação sobretudo manifestada pelos especialistas ligados às áreas das engenharias ou áreas técnicas. Este grupo de especialistas privilegia a prescrição dos conceitos em detrimento dos termos, com o objectivo de resolver problemas de organização do conhecimento ou da classificação dos objectos.

De entre eles, temos a destacar Eugen Wüster, que defendia a normalização da terminologia com a finalidade de assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamentalmente no plano internacional (Cabré, 1998:10).

Porém, alguns autores consideram que os princípios defendidos por Wüster, constituem na prática, difícil de se aplicar em todos os domínios de actividade, devido a um conjunto de influências sociolinguísticas e profissionais.

Nesta perspectiva, Mendes da Costa (2000:313), afirma:

[...] a diferenciação e a variação terminológica, por exemplo, são valorizadas positivamente, subentendendo-se que termos diferentes em função do grupo definido pela profissão, pela classe social ou por critérios geográficos, correspondem a necessidades específicas e são, por essa razão, auto-justificadas”.

Importa referir que, a normalização feita por organismos internacionais e pelos organismos nacionais de normalização é de carácter prescritivo ou normativo, com vista a evitar a ambiguidade e facilitar a comunicação entre os especialistas.

2.2.2. Harmonização

A harmonização é uma actividade que resulta do processo de planificação terminológica e constitui o primeiro passo para a normalização terminológica.

Segundo Faulstich, «a harmonização é um trabalho consciente empreendido pelos especialistas em terminologia directamente com especialistas do meio e que visa o consenso linguístico-terminológico, o mais amplo possível» (Faulstich, 1998:263).

A Norma ISO 1087-1 (2000:11) refere-se à harmonização nos seguintes termos:

Harmonisation des termes: activité visant à designer, dans plusieurs langues, un même concept par des termes qui reflètent des caractères identiques ou dont la forme est la même ou similaire;

Harmonisation des concepts: activité visant à réduire ou éliminer les différences mineures entre deux ou plusieurs concepts qui sont déjà proches les uns des autres.

Embora a Norma ISO 1087-1 se refira à harmonização dos termos como a designação de um mesmo conceito em várias línguas, por termos que reflectem características idênticas ou semelhantes, pensamos que a harmonização dos termos pode ser efectuada no seio de uma mesma língua ou em diferentes línguas.

Estas actividades resultam do facto de existir a ocorrência de dois ou mais termos que designam um mesmo conceito em situações discursivas relacionadas com diferentes áreas ou domínios de conhecimentos. Daí a necessidade de se escolher de entre os vários termos, aqueles que mais se podem adequar ao contexto discursivo ou comunicativo.

Segundo Pavel e Nolet, a harmonização «é um processo realizado por uma empresa, órgão ou outra entidade administrativa com objectivo de consagrar determinados usos terminológicos» (Pavel e Nolet, 2002: 123).

Para estas autoras, a harmonização terminológica combina o desejo de precisão conceptual e correcção linguística, a adequação do termo à situação de comunicação e à eficácia da comunicação.

Não obstante, Pavel e Nolet, de acordo com a sua experiência, restringirem a harmonização terminológica a uma empresa ou órgão administrativo, julgamos tratar-se de um processo mais abrangente, na medida em que pode ser aplicado em vários contextos da vida social, política, económica, cultural, técnico-científica.

A harmonização reveste-se, por isso, de grande importância para o desempenho de qualquer organização, empresa ou instituição, pois são muitos os benefícios que se podem obter com esta actividade.

Referindo-se à actividade de harmonização da terminologia, Pavel e Nolet (2002:31) enunciam as seguintes tarefas:

[...] eliminar do seu arquivo as fichas duplicadas ou incorrectas; confirmar o uso de novos termos e, se necessário, propor novos termos; desaconselhar os pseudo-sinónimos e as variantes que criam confusão, e fomentar o uso de termos que criam confusão, e fomentar o uso de termos recomendados; solucionar o uso de

casos contraditórios e difundir um fundo terminológico actual, completo e coerente.

Este conjunto de tarefas, decorrente da actividade de harmonização, permite a criação de recursos terminológicos apropriados que vão ajudar os utilizadores a disporem de informações fiáveis para uma melhor comunicação.

Importa salientar que os resultados obtidos pela harmonização são de natureza descritiva, pois não têm um carácter impositivo e obrigatório como o pode ter a normalização. A actividade de harmonização limita-se em recomendar ou aconselhar o uso de um determinado termo que designe com maior precisão um determinado conceito.

2.3. Importância da harmonização da terminologia no contexto da Administração Pública

A terminologia está presente em todos os domínios da Administração Pública. Constitui um meio capaz de promover a comunicação e a interacção entre vários agentes e sectores da Administração Pública.

No cumprimento das suas tarefas, os órgãos, os serviços e os agentes do Estado que compõem a Administração Pública estabelecem várias relações entre si e com os cidadãos. Destas relações resulta a produção de um conjunto de documentos oficiais.

A gestão e o tratamento destes documentos, muitos deles constituídos por discursos e textos especializados, têm levantado preocupações no seio dos órgãos e instituições do Estado. Pelo que, a compreensão destes documentos passa necessariamente pelo domínio da terminologia em uso nos referidos textos.

Segundo Costa (2006:135), referindo-se ao aproveitamento da terminologia portuguesa, mais especificamente, no caso da Administração Pública afirma:

As instituições que perfazem a Administração Pública têm uma responsabilidade inequívoca no que concerne a credibilização das entidades e demais agentes no

quadro do sistema administrativo, sendo responsáveis pela disponibilização e difusão dos conceitos por si produzidos, assim como dos sistemas conceptuais em que estes se inserem. Estes conceitos só são passíveis de serem transmitidos com recurso à verbalização, sendo os termos as entidades linguísticas que os designam.

Para a autora, estas instituições devem assumir-se como entidades responsáveis pelo estabelecimento da correcta relação entre o conceito e o seu respectivo termo numa determinada língua que, do ponto de vista da comunicação, deverá ser tida como referência para todos aqueles que necessitam fazer uso da língua em situação profissional especializada.

Neste sentido, as instituições da vida política e social do Estado Angolano têm reflectido sobre situações ligadas aos problemas de falta de qualidade e desempenho dos serviços públicos.

De acordo com Silva, «raramente é diagnosticado na fonte o problema da falta de organizações da terminologia. Estes problemas estão na base de todos os outros por ser mais dificilmente identificável e verbalizável e essencialmente por ser uma causa e não uma consequência» (Silva, 2014:92).

Deste modo, podemos compreender que a organização das terminologias constitui um objectivo primário para as organizações e instituições públicas do Estado, não só para dar respostas aos problemas específicos, mas também, para satisfazer as necessidades de todos quanto com elas interagem.

Neste sentido, o Gabinete de Intercâmbio enquanto órgão ministerial da Administração Pública Angolana não foge à regra. A organização da terminologia dos documentos produzidos neste gabinete constitui, em nosso entender, uma necessidade importante para a eficácia da comunicação que, na realidade, é o um dos objectivos fundamentais da harmonização.

Para Costa, «a organização das terminologias, de acordo com os respectivos sistemas, indica uma evidente delimitação cognitiva dos conceitos em uso que permitem a construção de uma argumentação sólida tanto no contexto nacional como internacional» (Costa, 2006: 136).

Julgamos que a harmonização da terminologia em uso nos documentos produzidos nos diferentes departamentos ministeriais, em particular no Gabinete de Intercâmbio, é indispensável. Uma terminologia harmonizada permitirá aos técnicos resolver os problemas de inconsistências da terminologia existentes nos documentos produzidos e, por conseguinte, melhorar a produção textual, discursiva e a comunicação em contexto nacional e internacional.

III – CONSTITUIÇÃO DE *CORPUS*

3.1. O *Corpus*

O *corpus* tem sido objecto de estudo da linguística de *corpora*, área que se dedica ao estudo da língua e do seu uso.

O recurso ao *corpus* para a análise de dados linguísticos é uma prática que vem sendo utilizada desde o século XX. Estudos desenvolvidos por diferentes teóricos da linguística de *corpora*, Sinclair (1991), Mc Enery e Wilson (1996), Kennedy (1998), Costa (2001), Teubert (2004), só para citar alguns, conduziram a uma reflexão profunda em torno do *corpus*.

Apesar dos estudos efectuados por estes autores apontarem para aspectos divergentes, sobretudo no que concerne ao conceito de *corpus* e aos critérios de constituição de *corpus*, a grande maioria reconhece o formato digital e o uso de ferramentas computacionais como requisitos a ter em conta para o tratamento do *corpus*.

O formato digital ou electrónico está relacionado com a informatização ou a digitalização dos textos quer escritos, quer orais, permitindo maior acessibilidade e interpretação dos dados, por meio de ferramentas ou sistemas computacionais, em oposição ao passado em que os textos eram apenas impressos.

O uso de ferramentas computacionais diz respeito ao recurso a programas informáticos que permitem o processamento de grandes quantidades de textos em tempo reduzido, bem como, a análise quantitativa e qualitativa de dados de forma eficiente e confiável. O formato digital ou electrónico e o uso de ferramentas computacionais afiguram-se como elementos importantes para o desenvolvimento de metodologias de constituição e análise de *corpus*.

Assim sendo, o *corpus* pode ser definido como «[...] a collection of pieces of language text in electronic form, selected according to external criteria to represent, as

far as possible, a language or language variety as a source of data for linguistic research» (Sinclair, 2004:23).

Para Costa, o *corpus* é «[...] um lugar de observação que permite a descrição de actualizações da língua organizadas em enunciados, discursos ou textos» (Costa 2001:16).

Neste sentido, podemos depreender que é por meio do *corpus* que se pode observar com precisão o comportamento linguístico e os aspectos discursivos dos produtores e utilizadores destes enunciados, discursos ou textos.

Apesar das diferentes tipologias de *corpus* existentes (falados, textual, geral, de referência, especial, especializado, *corpus* de extractos, *corpus* de textos integrais, monolíngue, bilingue, multilingue, comparados, paralelo, monitor, históricos, diacrónicos, etc.), referenciados por Sinclair, (1996), Mc Enery e Wilson (2001), Costa (2001), Huston (2002), constitui objecto de nosso estudo, o *corpus* textual monolíngue.

O *corpus* textual refere-se a um «conjunto de textos seleccionados que servem de base para realizar uma análise terminológica» (Pavel e Nolet, 2002:119).

Deste modo, o texto enquanto «produto estável resultante de uma actividade intelectual e profissional, provindo de uma comunidade de comunicação restrita» (Costa, 2001:60) representa o elemento central para a constituição do *corpus* textual e para a análise dos dados linguísticos e terminológicos do nosso trabalho.

3.2. Critérios de constituição de *corpus*

Para levarmos a cabo o processo de constituição de *corpus*, tivemos em conta os seguintes critérios: a autenticidade dos textos, a fiabilidade das fontes e a pertinência dos textos.

Os textos utilizados para a composição do *corpus* são textos autênticos, produzidos pelos técnicos do Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Cultura. Estes

textos dão respostas a situações de comunicação interna e externa, ou seja, a nível do Gabinete, dos organismos e instituições nacionais e internacionais.

Os textos são fiáveis na medida em que foram concedidos por uma fonte oficial da Administração Central do Estado Angolano.

Importa ainda referir que os textos são pertinentes em virtude de reflectirem o uso e o comportamento linguístico dos seus produtores e utilizadores em situações de comunicação escrita.

3.3. Etapas de constituição do *corpus*

3.3.1. Recolha e selecção dos textos

Para a constituição do *corpus* efectuou-se a recolha de textos produzidos e utilizados no Gabinete de Intercâmbio, designadamente:

➤ **Ofícios**

Segundo Moreira o ofício «é uma forma de comunicação escrita própria dos órgãos de Administração Pública e é equivalente a carta comercial» (Moreira, 2016:197). Para a autora, o ofício tem como finalidade o tratamento de assuntos oficiais e tanto pode ser emitido para outros órgãos oficiais como para particulares, notificando-os ou prestando informações.

➤ **Memorando**

O Memorando é «um documento administrativo de circulação limitada ao âmbito da própria organização ou organizações associadas, que serve para lembrar algo através de mensagens curtas ou para prestar informações sucintas» (Moreira, 2016:188).

No âmbito diplomático, o memorando representa uma comunicação menos solene remetida a uma entidade, reportando o estado da cooperação com um determinado país.

➤ Despachos

Os despachos «são manifestações escritas de autoridades, sobre assuntos de sua competência, submetidos a sua apreciação em autos ou papéis administrativos» (Bellotto, 1991:58).

➤ Acordos

Os acordos «são instrumentos convencionais internacionais» (Sousa, 2005:4). No domínio da Cultura os acordos visam regular as relações entre os Estados sobre várias matérias de interesse comum.

➤ Relatórios

O relatório «é um documento elaborado por quem observou, estudou ou conhece um determinado assunto ou situação e transmite a experiência adquirida a terceiros, que deve ou devem confiar e utilizar as informações dadas e as conclusões tiradas para implementação ou resolução de determinado assunto» (Moreira, 2016:200).

➤ Pareceres

O Parecer «É uma opinião técnica sobre um acto, servindo de base para a decisão» (Bellotto, 1991:59). É um texto técnico que consiste num pronunciamento por escrito de uma opinião técnica, emitida por um ou vários especialistas sobre um determinado assunto.

➤ Ordem de serviço

A ordem de serviço «é um documento autorizando a execução de um serviço» (Bellotto, 1991:59).

➤ Nota verbal

A nota verbal «é uma correspondência oficial de ministro de um país a outro ou comunicação de carácter oficial emanada de altas autoridades» (Bellotto, 1991:58).

Para melhor entendimento, apresentamos, a seguir, um quadro dos tipos de textos produzidos e utilizados no Gabinete de Intercâmbio:

Tipo de textos	Género de texto	Canal comunicativo
acordo	técnico	interna / externa
circular	administrativo	interna
despacho	administrativo	interna / externa
memorando	técnico	interna / externa
nota verbal	administrativo	externa
ofício	administrativo	interna / externa
ordem de serviço	administrativo	interna
parecer	técnico	interna
relatório	administrativo / técnico	interna

Quadro 1 – Tipos de textos produzidos no Gabinete de Intercâmbio

Estes textos constituem os diferentes tipos de documentos utilizados pelo Gabinete para responder a diferentes situações de comunicação interna e externa.

3.3.2. Composição do *corpus*

Em virtude dos textos produzidos no Gabinete de Intercâmbio serem de tipologia diversas e tratarem de matérias diferentes, decidimos seleccionar, para composição do *corpus*, os acordos e os memorandos.

A escolha destes textos deve-se, por um lado, à sua função social, na medida em que, são produzidos para dar respostas a situações de comunicação dentro e fora do Gabinete de Intercâmbio. Por outro, por abordarem matérias ligadas as relações de cooperação cultural, área sobre a qual recai o nosso estudo.

Assim sendo, o *corpus* do nosso trabalho é composto por 21 acordos e 27 memorandos. Os textos são de natureza descritiva, técnica e monolíngue, isto é, escritos em língua portuguesa.

3.4. Ferramentas para o tratamento semi-automático dos textos

O tratamento semi-automático dos textos para análise linguística dos dados será efectuado com recurso ao programa informático AntConc 3.3.4w (Windows) 2011.

O AntConc⁴ é um programa criado por Laurence Anthony, professor da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade de Waseda, no Japão, e com fortes interesses nas pesquisas em linguística de *corpus* e processamento de língua natural. Escolhemos este programa por ser de fácil obtenção e execução em diferentes sistemas operacionais, tais como: *Microsoft Windows*, *Macintosh OS X* e *Linux*.

O AntConc dispõe de sete funções de grande utilidade para a análise do *corpus*, designadamente:

- i. *Concordance* serve para visualizar os resultados de pesquisa de um termo pré-seleccionado e observar os elementos que aparecem à esquerda e à direita;

⁴http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/antconc_index.html

- ii. *Concordance Plot* permite localizar os resultados da pesquisa com base num formato de códigos de barras, que possibilita observar a posição em que os resultados da pesquisa aparecem nos textos;
- iii. *File View* permite aceder, mediante a selecção de uma determinada forma realçada a cor, o contexto em que ela se encontra inserida;
- iv. *Clusters* gera uma lista ou grupo de palavras a partir de uma forma pesquisada;
- v. *Collocates* apresenta as formas que aparecem colocadas junto da forma pesquisada, quer à direita, quer à esquerda;
- vi. *Word List* apresenta a quantidade de formas existente no *corpus* por meio de uma lista ordenada por ordem de frequências;
- vii. *Keyword List* mostra as formas que são invulgarmente frequentes ou raras no *corpus* em comparação com as formas num *corpus* de referência.

Este conjunto de funções permite um processamento rápido e eficiente de grandes quantidades de textos, assim como, a observação e descrição de diferentes fenómenos linguísticos com maior precisão e fiabilidade.

3.5. Tratamento semi-automático dos textos

3.5.1. Frequências

Após o processo de selecção dos textos e composição do corpus do trabalho, os textos foram convertidos do Word para o formato txt ou texto simples. Posteriormente, os textos simples foram transferidos para o programa AntConc. Por meio da função *Word List* obteve-se a lista de todas as formas presentes no corpus com as respectivas frequências.

Entende-se por forma, o «arquétipo correspondente às ocorrências idênticas num corpus de texto, isto é as ocorrências compostas estritamente pelos mesmos caracteres não delimitadores da ocorrência» (Lino et al., 1991:139), enquanto a frequência é o «[...] número de ocorrências (ou aparecimentos) de um mesmo facto linguístico ou de uma mesma unidade linguística num discurso de extensão

determinado (texto gravado, texto escrito)» (Galissou e Coste, 1983:336). A frequência é o número de vezes que uma determinada forma ocorre no *corpus*:

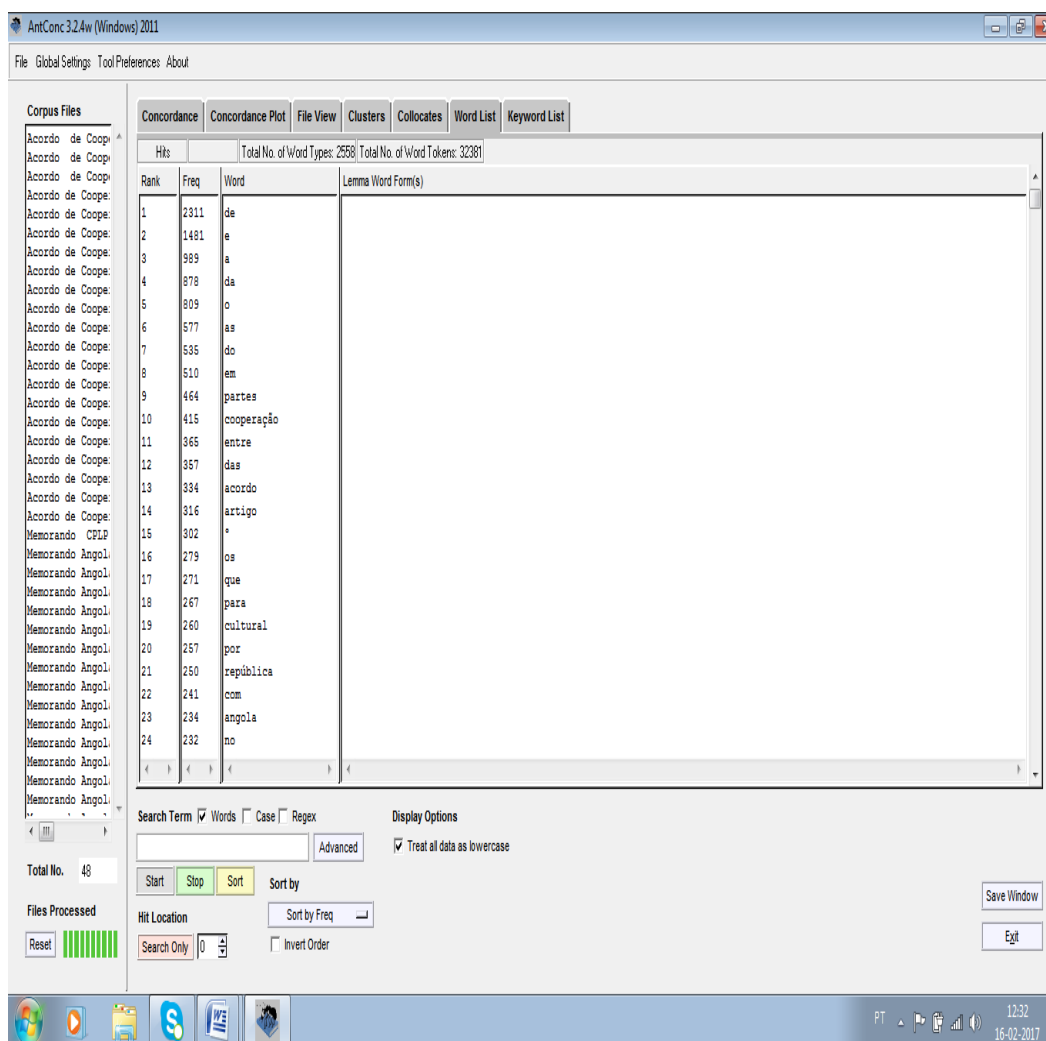


Figura 2 - *Word List*: Total de ocorrências extraída por meio do AntConc

De um total de 48 textos observou-se a ocorrência de um total de 32.381 formas (*Word Tokens*), das quais 2.558 são formas únicas (*Word Types*).

A partir da lista acima ilustrada, podemos seleccionar as formas mais frequentes que nos vão ajudar no processo de identificação dos candidatos a termos:

Frequência	Formas
464	partes
415	cooperação
334	acordo
316	artigo
260	cultural
250	república
234	angola
214	cultura
188	intercâmbio
138	governo
123	instituições
122	áreas
98	programas
95	formação
95	ministério
83	troca
80	artes
79	implementação
77	direitos
68	estudo
68	nacional
67	actividades
66	projectos
65	promover
65	realização
63	diplomática
63	executivo
63	projecto
58	cinema
58	relações
55	domínio
55	património

53	história
53	línguas
52	lei
51	programa
48	organizações
36	comissão

Quadro 2 – Formas de alta frequentes seleccionadas a partir do *Word List*

Importa salientar que este conjunto de formas constituídas por substantivos, adjectivos e verbos representam elementos com sentido referencial que nos remetem para o domínio em estudo, pelo que, servirão de objecto de análise no capítulo referente ao tratamento dos dados.

IV - ESTUDO DA VARIAÇÃO EM TERMINOLOGIA PARA FINS DE HARMONIZAÇÃO

4.1. Caracterização da variação em terminologia

A variação em terminologia vem sendo abordado ao longo dos anos por vários autores, designadamente, Wüster (1979), Sager (1993), Cabré (1993), Gaudin (1993), Faulstich (2001) e Freixa (2002).

Eugen Wüster, fundador da Teoria Geral da Terminologia (TGT), considerava a variação como sendo «toda perturbación de la unidadlingüística» caracterizada pelo «aparición de sinónimos u homónimos de variación» (Wüster, 1998:242).

Para Cabré, precursora da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), «todas as línguas de especialidades permitem variações» (1993:157). Não obstante a este posicionamento, a autora reconhece que, «[...] la función primordial de los lenguajes de especialidad – permitir un intercambio de información objetivo, preciso y sin ambigüedades entre especialistas y profesionales [...]» (1993:161).

A esse respeito, Sager enfatiza que «existe la necesidad de variación léxica/terminológica y se manifiesta con diversa intensidad en los diferentes tipos textos. A pesar de la afirmación teórica de la univocidad de la referencia, de hecho, en los lenguajes especializados existe una variación considerable de designación» (Sager, 1993:295).

Todos estes autores fazem referência à variação mas sob prismas diferentes, em função das várias perspectivas teóricas de abordagem terminológica. Wüster defendia o princípio da univocidade, segundo o qual, cada conceito devia ser designado por um termo e, cada termo referir-se a um conceito, com vista a eliminar a variação e evitar a ambiguidade na comunicação entre profissionais das áreas técnicas e científicas.

Outros, por oposição a Wüster, reconhecem a variação como uma realidade observada em terminologia, resultante da prática discursiva, comunicativa e do meio socioprofissional em que elas ocorrem.

Portanto, estas reflexões em torno da variação demonstram-nos que a variação terminológica constitui um fenómeno antigo, presente nos textos de especialidades e, continua a merecer a atenção de vários estudiosos ligados a determinados domínios de conhecimento.

A variação terminológica «concerne les changements qu'un terme subit dans les textes spécialisés» (L'Homme, 2004:74). Nesta perspectiva, o fenómeno de variação terminológica resulta de um processo de identificação de duas ou mais unidades terminológicas que, num contexto designam o mesmo conceito e remetem para uma mesma realidade. O referido fenómeno (a variação terminológica) pode ocorrer, quer a nível fonológico, morfológico, semântico ou pragmático.

Para o efeito, Freixa (2013:39-41) apresenta uma tipologia das causas de variação em textos de especialidades:

TIPOS	SUBTIPOS
1. Causas previas	La redundancia lingüística La arbitrariedad del signo lingüístico Las posibilidades de variación de la lengua
2. Causas dialectales	Variación geográfica Variación cronológica Variación social
3. Causas funcionales	Adecuación al nivel de lengua Adecuación al nivel de especialización
4. Causas discursivas	Evitar la repetición Economía lingüística Creatividad, énfasis y expresividad
5. Causas interlingüísticas	Convivencia del término "local" con el préstamo Diversidad de propuestas alternativas
6. Causas cognitivas	Imprecisión conceptual Distanciación ideológica Diferencias en la conceptualización

Quadro 3 - Causas da variação segundo Freixa (2013:3)

O quadro apresentado por Freixa ilustra a tipologia das causas e dos factores que podem estar na base da variação observada em textos de especialidades.

De acordo com Freixa (2013:43), a variação observada nos textos de especialidades podem ocorrer em diferentes situações:

- i. Variação observada de acordo com o mesmo autor no mesmo texto;*
- ii. Variação de um mesmo autor em diferentes textos;*
- iii. Variação de acordo com vários autores em diferentes textos.*

Portanto, Freixa faz-nos perceber que existe uma estreita relação entre os autores enquanto profissionais de uma área de especialidade, e os textos por eles produzidos, assim como entre aqueles e os factores extra-linguísticos tais como geográficos, cronológicos, sociais, estilísticos, conceptuais, os quais influenciam na produção dos textos pelos profissionais das áreas de especialidades e que originam, conseqüentemente, a variação em terminologia.

4.1.1. Classificação e descrição da variação terminológica

Diferentes análises de variação terminológica vêm sendo propostas por vários autores. Freixa (2002) apresentou uma proposta com base na variação terminológica formal. Segundo a autora, a variação formal pode apresentar cinco tipos de variação: gráfica, lexical, morfossintáctica, redução e extensão.

Ainda neste âmbito, Fernández-Silva, Cabré e Freixa (2008:3) referem-se também à variação denominativa, aquela que pode ocorrer com ou sem conseqüências cognitivas. As conseqüências cognitivas ocorrem quando um conceito é representado por termos com diferentes valores semântico. Ao passo que a variação denominativa sem conseqüências cognitivas ocorre quando um conceito é representado por diferentes termos sem que haja alteração do seu conteúdo semântico.

Neste trabalho adoptamos como ponto de partida para a observação e análise dos casos de variação, a proposta apresentada por Faulstich (2001:39), que consiste no seguinte modelo:

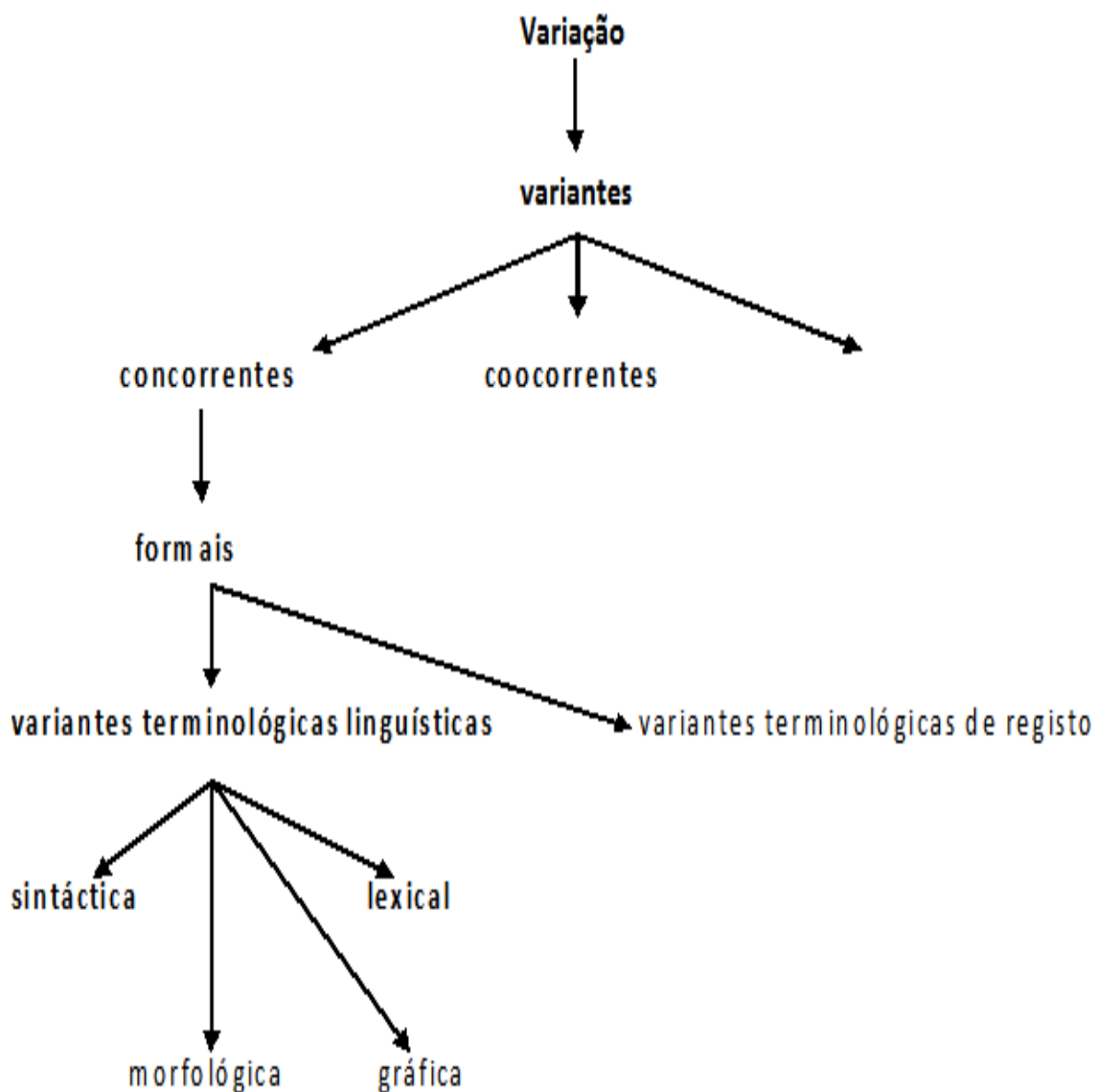


Figura 3 – Excerto do constructo teórico de variação em terminologia (Faulstich, 2001)

Variantes concorrentes formais «são formas linguísticas ou formas de registos que correspondem a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado» (Faulstich, 2001:26). Dividem-se em variantes terminológicas linguísticas e variantes terminológicas de registo.

Variantes terminológicas linguísticas «são aquelas em que o fenómeno propriamente linguístico determina o processo de variação», enquanto as variantes terminológicas de registo «são aquelas cuja variação decorre do ambiente de concorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos dos termos» (cf. Faulstich, 2001:27-28).

Variantes co-ocorrentes «são aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente. Estas variantes têm por função fazer progredir o discurso e organizam, na mensagem, a coesão lexical» (Faulstich, 2001:31). De acordo com a autora, entre variantes concorrentes há compatibilidade semântica, uma vez que elas se equivalem no plano do conteúdo.

4.1.2. Identificação e análise dos casos de variação terminológica

Com base no corpus do trabalho foi possível identificar algumas unidades terminológicas multilexicais sobre as quais ocorrem situações de variações.

As unidades terminológicas multilexicais são «sequências de palavras com comportamentos unitários ou tendencialmente unitários, isto é, semelhantes as de uma palavra única, resultante de conexões formais e semânticas que se foram estabelecendo entre os seus elementos e que o uso consagrou⁵».

A extracção dessas unidades terminológicas multilexicais foi feita por meio do programa AntConc. (Veja-se o exemplo):

⁵ Raposo, Eduardo e tal. (Org.) (2013) - *Gramática do português*. Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 215.

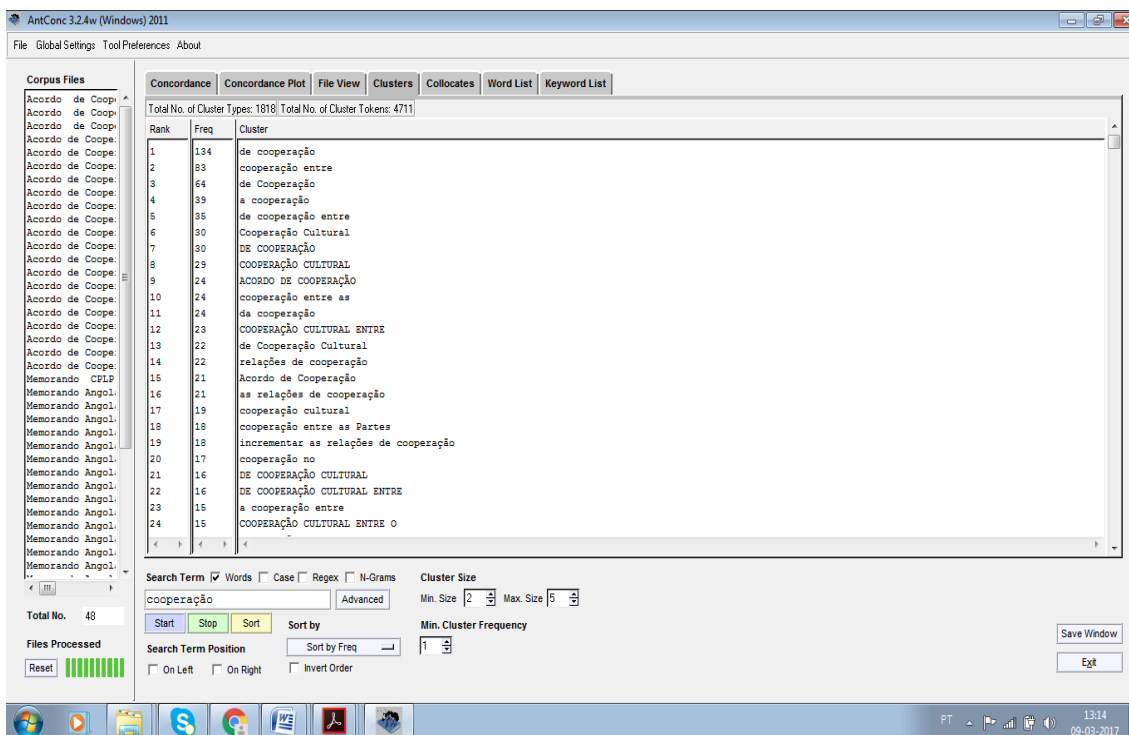


Figura 4 - Clusters Size 5 da forma cooperação

A partir da função *clusters* do programa AntConc seleccionámos as formas simples de maior frequência. Deste processo resultaram várias unidades terminológicas multilexicais que nos dão indicações de se tratar de candidatos a termos.

Importa salientar que estas unidades terminológicas serão registadas numa lista de candidatos a termos, para serem submetidas ao processo de validação junto dos especialistas.

Posteriormente, recorreremos à função *Concordance* do AntConc que nos permitiu observar como é que as unidades terminológicas multilexicais se apresentam nos contextos em que ocorrem.

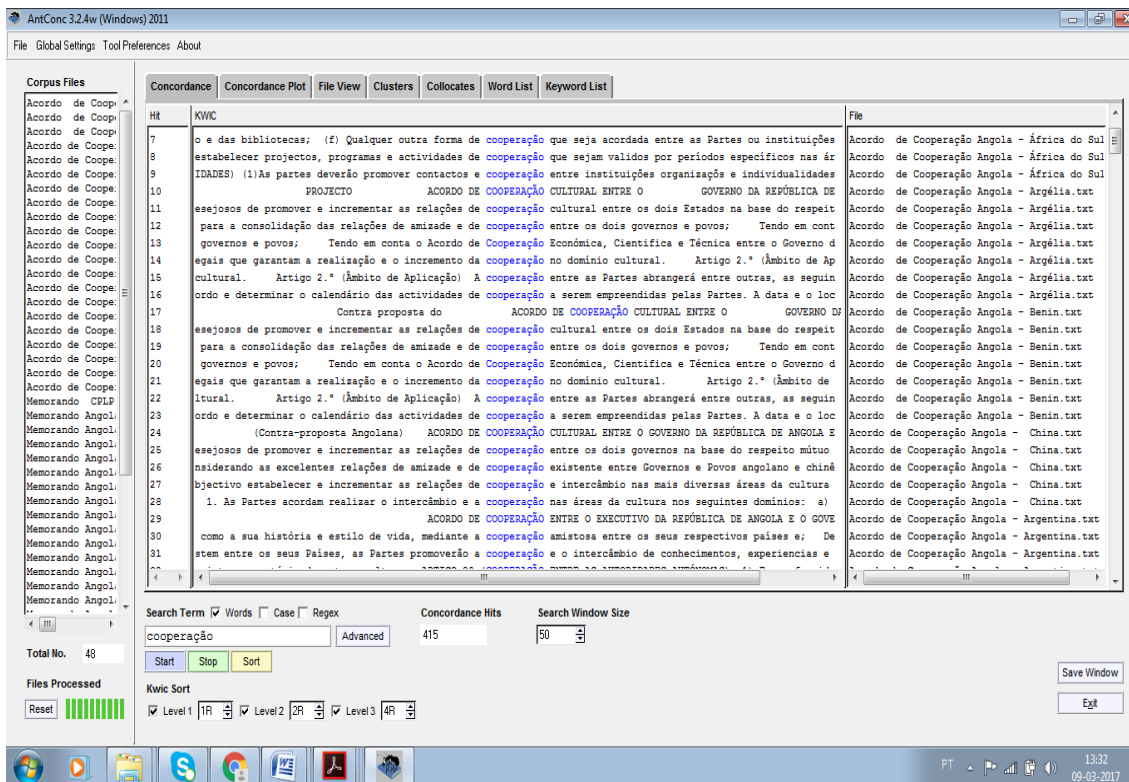


Figura 5 – Concordance da forma cooperação

Por meio desse processo foi possível identificar, como se ilustra na figura acima, situações de variação de várias unidades terminológicas multilexicais nos textos produzidos no Gabinete de Intercâmbio, com realce para os casos das variantes terminológicas de natureza lexical e sintáctica que passamos a analisar:

a) Variante terminológica Lexical

A variante terminológica lexical ocorre quando «algum item da estrutura lexical de uma unidade terminológica complexa sofre apagamento, mas o conceito do termo não se altera» (Faulstich, 2001:28).

A título ilustrativo apresentamos os seguintes exemplos que representam situações de variantes terminológicas lexicais:

Estas entidades apresentam a seguinte matriz terminológica:

[N	+	Prep	+	[N	+	Adj]]
Programa		de		Cooperação		Cultural

[[N	+	Adj]	+	Prep	+	N]
Programa		Executivo		de		Cooperação

[[N	+	Adj]	+	Prep	+	[N	+	Adj]]
Programa		Executivo		de		Cooperação		Cultural

Podemos constatar que a expressão, “Programa Executivo de Cooperação Cultural” e a unidade terminológica multilexical de maior extensão. O “Programa de Executivo de Cooperação” e o “Programa de Cooperação Cultural” apresentam na sua estrutura omissões de um dos elementos que reduz a extensão da unidade terminológica, parecendo designar o mesmo conceito. Deste modo, consideramos as duas últimas unidades terminológicas como sendo variantes da primeira.

Nesta conformidade, Faulstich afirma que «para uma dada forma (termo x), há entidades linguísticas de grande proximidade (termo Y), que se apresentam como: formas condensadas ou expandidas escritas de maneira quase idêntica, com o mesmo significado» (Faulstich, 2001:20).

Entretanto, embora as entidades alternativas ou variantes possam ser igualmente reconhecidas pelos técnicos, julgamos indispensável a necessidade de harmonizá-las de formas a evitar situações de ambiguidades.

Neste sentido, ao analisarmos a concorrência das entidades no contexto discursivo ou comunicativo em que ocorrem, julgamos ser a entidade de maior extensão “Programa Executivo de Cooperação Cultural” a mais adequada, em virtude de garantir maior precisão à situação de comunicação. Pelo que, se analisarmos as três entidades aqui ilustradas, chegaremos a seguinte reflexão:

1. O “Programa de Cooperação Cultural” apresenta um elevado grau de abstracção, visto que, não reflecte, na realidade, o domínio da cultura, enquanto órgão do Estado. Pois poder-se-ia tratar de um programa de cooperação cultural de qualquer segmento da sociedade civil.
2. O “Programa Executivo de Cooperação” apresenta também um certo grau de abstracção, na medida em que faz referência a um programa definido pelo órgão central do Estado angolano, sem, no entanto, especificar um domínio de actividade em concreto.
3. Por sua vez, o “Programa Executivo de Cooperação Cultural” é mais específico e, por isso, mais preciso, na medida em que restringe o âmbito de aplicação do programa de cooperação. Os adjectivos “Executivo” e “Cultural” conferem maior especificidade e precisão, em virtude de designarem um programa definido pelo Estado angolano e restrito ao sector da Cultura, respectivamente.

Exemplo: 2

s instituições culturais; (VI) intercâmbio de peritos em espólio cultural; iotecas e literatura incluindo intercâmbio de livros, registo e material de , programas e projectos para o intercâmbio cultural e artístico. Artigo ultura e da história; b) O intercâmbio de visitas de estudo e prelecção ritos nestas áreas, bem como o intercâmbio de informações; c) O intercâmbio de informações; c) O intercâmbio de cooperação em várias áreas cu s instituições culturais; (VI) intercâmbio de peritos em espólio cultural; iotecas e literatura incluindo intercâmbio de livros, registo e material de s e Bibliotecas. b) Promover o intercâmbio de caravanas e outros específicos: ros específicos. c) Promover o intercâmbio nas áreas de monumentos e sítios u do outro Estado. Artigo 6º (Intercâmbio Artístico e Cultural As Partes c l de Museus e Arquivos; -Intercâmbio Cultural visando o conhecimento : ocais a acordar. Artigo 6º (Intercâmbio de Produtos Artísticos e Cultura: Partes favorecerão difusão e o intercâmbio recíproca de produtos artísticos ar as relações de cooperação e intercâmbio nas diversas áreas da cultura e : . As Partes acordam realizar o intercâmbio e a cooperação nas áreas da cultu ias) As Partes, estimularão o intercâmbio recíproco de especialistas da cul e outrem, a fim de facilitar o intercâmbio e a referência recíproca entre as r periodicamente. Artigo 8º (Intercâmbio de Caravanas Culturais) As Parte ais) As Partes, procederão ao intercâmbio de grupos teatrais e de executores Partes; Desejando uma melhor intercâmbio das artes e manifestações cultur : , programas e projectos para o intercâmbio cultural e artístico. Artig ultura e da história; b) O intercâmbio de visitas de estudo e prelecção ritos nestas áreas, bem como o intercâmbio de informações; c) O intercâmbio

As entidades “intercâmbio de caravanas” e “intercâmbio de caravanas culturais” fazem referência a troca de grupos artísticos de diferentes áreas da cultura (música, teatro, dança, cinema, literatura, artesanato, artes plásticas) estabelecidas entre dois Estados, com objectivo de desenvolverem actividades de interesse comum. Estas entidades apresentam a seguinte matriz terminológica:

[N + Prep + N]

intercâmbio de Caravanas

[N + Prep + [N + Adj]]

intercâmbio de caravanas culturais

Podemos também observar, neste caso, que a primeira entidade “intercâmbio de caravanas” apresenta-se como a unidade terminológica multilexical de menor extensão em relação a segunda “intercâmbio de caravanas culturais”

A variação ocorre pela omissão do elemento “culturais” da entidade “intercâmbio de caravanas”, o que reduz a extensão desta unidade terminológica. O elemento omissor “culturais” pode não alterar o conceito e compreensão do mesmo.

No entanto, ao analisarmos a concorrência das entidades em contexto, podemos deduzir que a unidade terminológica reduzida “intercâmbio de caravanas” garante menor precisão em relação a unidade terminológica extensa “intercâmbio de caravanas culturais”, em virtude da primeira apresentar um certo grau de generalização. A generalização decorre do facto de o “intercâmbio de caravanas” não aludir a um domínio específico.

Porém, a unidade terminológica extensa “intercâmbio de caravanas culturais” oferece maior precisão, na medida em que delimita, com especificidade, o domínio em que o intercâmbio de caravanas se processa.

b) Variante terminológica sintáctica

A variante terminológica sintáctica ocorre quando «há alternância entre duas construções sintagmáticas que funcionam como predicação de uma Unidade Terminológica Complexa» (Faulstich, 2001:28). Segundo a autora, a variação processa-se na substituição de uma parte de um elemento lexical por outro com estrutura semelhante, formando uma mesma unidade terminológica.

Para Freixa (2002:301), este tipo de variantes pode ser caracterizado como sendo de natureza morfossintáctica que podem ocorrer, quer a nível da manutenção da estrutura, quer a nível da mudança da estrutura.

Vejamos os seguintes exemplos:

verá proteger dentro do seu território, os **direitos** de propriedade intelectual e propriedade intelectual e quaisquer outros **direitos** relevantes da outra Parte em matéria de Propriedade Intelectual e de Direitos Autorais, assim como colabora em matéria de Propriedade Intelectual e de Direitos de Autor, assim como colabora d) Património Cultural; e) Protecção dos **Direitos** Autorais; f) Indústrias Culturais; (III) cinema e audiovisuais; (IV) **direitos** de autor e direitos de propriedade intelectual e audiovisuais; (IV) direitos de autor e **direitos** de propriedade intelectual; acordos mútuos. Artigo 5.º (Protecção dos **Direitos** de Propriedade Intelectual) verá proteger dentro do seu território, os **direitos** de propriedade intelectual e propriedade intelectual e quaisquer outros **direitos** relevantes da outra Parte em matéria de Propriedade Intelectual e de Direitos de Autor; (III) cinema e audiovisuais; (IV) **direitos** de autor e direitos de propriedade intelectual

As entidades “Propriedade Intelectual e de Direitos Autorais” e “Propriedade Intelectual e de Direitos de Autor” remetem para um «conjunto de obras artísticas e literárias que abrangem as acções do conhecimento humano, visando a sua protecção»⁶. Ambas entidades apresentam a seguinte matriz terminológica:

[[N	+	Adj]	+	Conj	+	Prep	+	[N	+	Adj]]		
Propriedade		Intelectual		e		de		Direitos		Autorais		
[[N	+	Adj]	+	Conj	+	Prep	+	[N	+	Prep	+	N]]
Propriedade		Intelectual		e		de		Direitos		de		Autor

⁶<https://www.igac.pt/registo-da-propriedade-intelectual>

Podemos observar uma modificação da estrutura morfossintáctica das expressões “Propriedade Intelectual e de Direitos de Autorais” e “Propriedade Intelectual e de Direitos de Autor”

Neste caso, a variação verifica-se devido à substituição de uma parte da unidade terminológica “Direitos Autorais” em que, ao invés do adjetivo “autorais”, utiliza-se uma estrutura com valor semelhante, a locução adjectiva “de Autor”, formando uma mesma unidade terminológica.

Na primeira expressão “Propriedade Intelectual e de Direitos Autorais” há uma redução da unidade marcada pelo sintagma adjectival em “Direito Autorais”, representado por [N+Adj]. Na segunda expressão “Propriedade Intelectual e de Direitos de Autor” há uma extensão da unidade marcada pelo sintagma preposicional em “Direitos de Autor” representado por [N+Prep+N].

Ao analisarmos a concorrência das expressões nos seus respectivos contextos discursivos ou comunicativos, podemos perceber que, embora ambas apontem para uma mesma informação referencial, julgamos que a segunda “Propriedade Intelectual e de Direitos de Autor” denota maior precisão e expressividade que a primeira.

A primeira expressão “Propriedade intelectual e de Direitos Autorais” apresenta uma certa generalidade, em virtude de exprimir um conceito associado ao direito de propriedade intelectual sem especificar um autor em concreto.

Ao contrário, a segunda exprime um conceito associado ao direito de propriedade intelectual específico de um determinado sujeito ou autor. Neste caso, a especificidade é determinada, mudando o sintagma adjectival “Direitos Autorais” pelo sintagma preposicional “Direitos de Autor” que, para além de ligar as duas unidades, acrescenta também uma informação associada à posse.

4.2. Proposta de um modelo de base de dados terminológicos

4.2.1. Criação da base de dados

A base de dados enquanto «conjunto de informações inter-relacionadas de forma lógica e acessadas por meio de um programa apropriado» (Pavel e Nolet, 2002:116) constitui um recurso terminológico de grande importância para a gestão da informação de qualquer área ou domínio de actividade.

A proposta de criação de um modelo de base de dados que pretendemos apresentar tem como objectivo, contribuir para a organização e melhoria do sistema de informação da terminologia em uso no Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Cultura de Angola.

A criação da referida base de dados justifica-se pelo facto de, até ao momento, não existir, naquele Gabinete, qualquer recurso terminológico que possa facilitar o armazenamento, gestão e actualização da terminologia em uso, bem como o acesso à informação por parte dos profissionais da área.

Entendemos serem várias as vantagens que este recurso poderá trazer ao Gabinete, designadamente:

- Auxiliar os técnicos do Gabinete e outros profissionais ao serviço do Ministério da cultura a melhorar o acesso e a gestão das informações relacionadas ao domínio da sua actividade;
- Assegurar a coerência terminológica nos textos e nos discursos produzidos pelos técnicos do Gabinete;
- Garantir a actualização da terminologia de forma a torná-la mais adequada e precisa.

O processo de organização da terminologia neste recurso terminológico permitirá auxiliar quem produz os documentos e assim melhorar a comunicação entre os técnicos e tradutores do serviço do Gabinete.

4.2.2. Definição do público-alvo

A determinação do público-alvo constitui um dos requisitos indispensáveis para a criação de qualquer produto ou recurso terminológico.

Neste sentido, a base de dados em referência será destinada ao Ministério da Cultura, especialmente aos técnicos do Gabinete de Intercâmbio e aos tradutores ao serviço desse Ministério.

4.2.3. Descrição da estrutura interna da base de dados

A base de dados será composta por várias fichas terminológicas, isto é, «suporte que constitui um conjunto estruturado de dados terminológicos relativos a uma noção» (Lino et al., 1991:137).

Cada ficha terminológica contempla vários campos que constituem áreas pré-definidas para o registo de um determinado dado.

A seguir apresentamos, a título ilustrativo, os campos das fichas terminológicas criadas a partir do programa Access 2007:

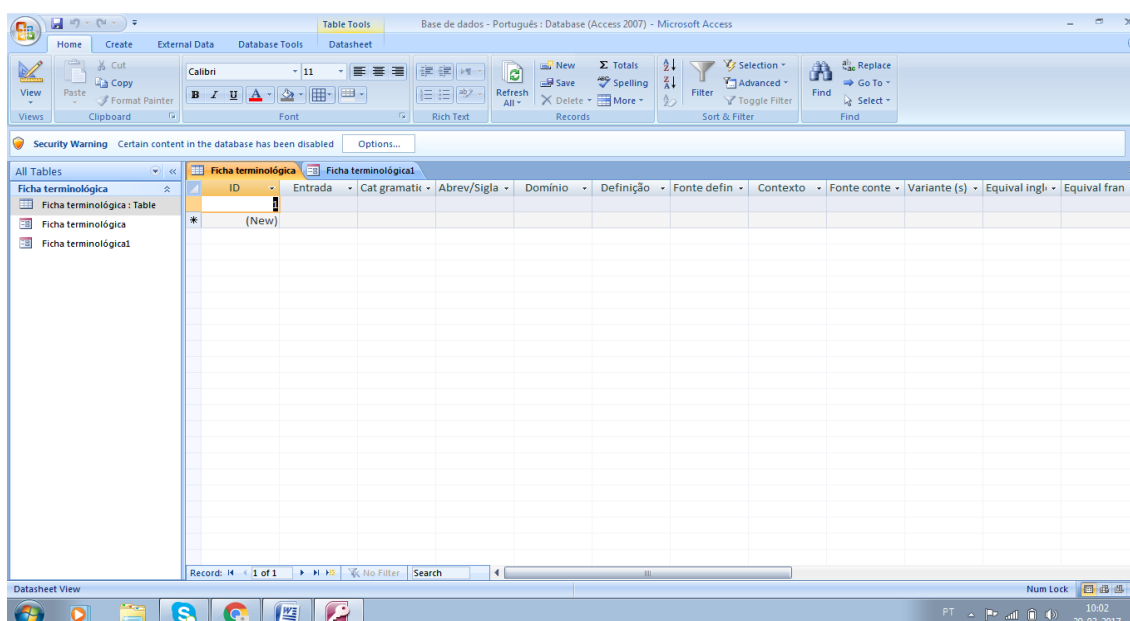


Figura 6 – Criação dos campos da ficha terminológica

Após a criação dos campos para o registo dos dados, a ficha terminológica apresentará, apenas para efeitos de ilustração, a seguinte configuração:

The screenshot displays the Microsoft Access interface for a database named 'Base de dados - Português: Database (Access 2007)'. The 'Ficha terminológica1' form is open, showing a grid of input fields. The fields are organized into two columns. The left column contains: 'ID' (with a 'New' button), 'Entrada', 'Definição', 'Fonte definição', 'Contexto', and 'Fonte contexto'. The right column contains: 'Cat gramatical', 'Abrev/Sigla', 'Domínio', 'Variante (s)', 'Equival inglês', 'Equival francês', 'Notas', and 'Data'. The 'ID' field is currently empty, and the 'Cat gramatical' field is set to 'gramatical'. The 'Form View' status bar at the bottom indicates 'Record: 1 of 1'.

Figura 7 - Modelo de ficha terminológica

O número de campos apresentados nas fichas terminológicas corresponde a um conjunto de informações que julgamos importantes para satisfazer as necessidades de natureza linguística e terminológica dos profissionais aos quais se destina a base de dados.

No plano horizontal, apresentamos: ID, campo correspondente ao número atribuído a cada unidade terminológica pesquisada; cat. gramatical (categoria gramatical) - referente à classe gramatical a que pertence a unidade terminológica; abrev./sigla - representa a forma reduzida da unidade terminológica; domínio - corresponde a área do saber a que pertence a unidade terminológica.

No plano vertical, apresentamos na primeira coluna: entrada - corresponde ao campo de registo da unidade terminológica que designa conceito do domínio em

estudo; definição – refere-se ao enunciado que descreve os traços semânticos distintivos de um conceito; fonte da definição - constitui o texto escrito a partir do qual um dado terminológico é extraído; contexto - refere-se à parte textual que ilustra o uso de uma unidade terminológica; fonte do contexto – corpus textual onde o contexto é extraído.

Na segunda coluna apresentamos: variante (s) - corresponde ao campo de registo da unidade terminológica formalmente alternativa de outra unidade; equivalente (s) – refere-se à unidade terminológica de uma língua que tem o mesmo ou similar significado com a unidade terminológica da língua em estudo; nota - campo de registo de toda informação relacionada a unidade terminológica considerada importante; data - constitui o período de registo em que a ficha terminológica foi preenchida.

4.2.4. Registo das fichas terminológicas

Os dados a serem inseridos na base de dados estarão relacionados com o domínio das relações internacionais, mais especificamente com as relações de cooperação cultural.

Nesta base de dados serão registadas, em português, as unidades terminológicas que designam conceitos do domínio em estudo, com alguns equivalentes em inglês e em francês.

A escolha dos campos relacionados com os equivalentes em francês e em Inglês deve-se ao facto de o Gabinete de Intercâmbio, no âmbito das actividades aí desenvolvidas, recorrer ao serviço de tradução para responder a determinadas situações de comunicação oral ou escrita.

As figuras que se seguem são exemplos de modelos de preenchimento da ficha terminológica:

Base de dados - Português: Database (Access 2007) - Microsoft Access

Home Create External Data Database Tools

View Paste Copy Format Painter Views Clipboard Font Rich Text Refresh All Delete More Filter Advanced Toggle Filter Find Go To Select Replace

Today

Ficha terminológica

Ficha terminológica

ID	Cat	n.f	Abrev/Sigla	Domínio	Relações Internacionais
Entrada	cooperação cultural		Variante (s)	cooperação no domínio cultural cooperação no domínio da cultura	
Definição	constitui uma via de acesso a aoutros valores culturais e uma forma de difusão da cultura a nível internacional.		Equival inglês	cultural cooperation	
Fonte definição	Política Cultural de Angola. MINCULT, 2007, PP.13		Equival francês	coopération culturelle	
Contexto	Prevendo-se o relançamento da cooperação cultural com aquele país, o Ministério da cultura apresentará uma contra proposta de cooperação		Notas		
Fonte contexto	Memorando Angola - Benin		Data	30.03.2017	

Record: 1 of 2 No Filter Search

Form View Num Lock

19:07 30-03-2017

Figura 8 – Descrição da ficha terminológica 1

The screenshot shows a Microsoft Access 2007 window titled 'Base de dados - Português : Database (Access 2007) - Microsoft Access'. The interface is in Portuguese. The main window displays a form titled 'Ficha terminológica' for a record with ID 2. The form is organized into several sections:

- ID:** 2
- Cat:** n.f gramatical
- Abrev/Sigla:** (empty)
- Domínio:** Direito
- Entrada:** propriedade intelectual e de direitos de autor
- Variante(s):** propriedade intelectual e de direitos autorais
- Definição:** conjunto de direitos que abrange as criações do conhecimento humano
- Equival inglês:** intellectual property and copryright
- Fonte definição:** Inspeção-Geral das Actividades Culturais-IGAC. Disponível na
- Equival francês:** propriété intellectuelle et le droit d'auteur
- Contexto:** visando actualizar as suas políticas em matéria de propriedade intelectual e de direitos de autor
- Notas:** visa a protecção das obras literárias e artísticas
- Fonte contexto:** Acordo de Cooperação Cultural entre a República de Angola e a República da Hungria
- Data:** 30.03.2017

The bottom of the window shows 'Form View' and 'Record: 2 of 2'. The system tray at the bottom right indicates the time is 13:32 on 25-04-2017.

Figura 9 – Descrição da ficha terminológica 2

Portanto, para a materialização da proposta de base de dados em referência, será necessária a criação de condições técnicas e materiais que possam garantir ao recurso terminológico, a operacionalidade e a qualidade necessária para satisfazer as expectativas do público-alvo ao qual se destina.

CONCLUSÃO

O trabalho ora apresentado, permitiu-nos reflectir sobre a importância da harmonização da terminologia para a melhoria do desempenho de qualquer organismo ou instituição, seja de natureza pública ou privada.

A necessidade da harmonização da terminologia deriva do facto dos textos de especialidade, enquanto habitat natural dos termos que designam conceitos próprios de uma área de especialidade, estarem sujeitos ao processo de variação terminológica. Pelo que, os textos produzidos no Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Cultura de Angola constituem um exemplo desse pressuposto, na medida em que, a análise que efectuámos nos permitiu identificar termos utilizados de forma indiferente nos diferentes contextos em que ocorrem.

Pudemos verificar que, embora o fenómeno da variação terminológica seja visto em alguns contextos discursivos e comunicativos como uma riqueza, porém noutros contextos, a existência de variantes nem sempre se recomenda, pelo facto de causarem problemas na comunicação, tornando-a pouco precisa, objectiva e eficaz.

Tais problemas de inconsistências terminológicas decorrentes do processo de variação e que perturbam a comunicação entre os especialistas podem ser ultrapassados por via da harmonização da terminologia, cuja finalidade consiste em garantir a estabilidade dos termos, enquanto unidades linguísticas, textuais e discursivas, que veiculam conhecimentos da área de especialidade.

O processo de harmonização da terminologia poderá, para além de garantir maior precisão conceptual e correcção linguística, contribuir para uma melhor produção textual e discursiva, facilitando deste modo, a comunicação entre os especialistas.

Neste contexto, acreditamos que a proposta de um modelo de base de dados permitirá uma melhor organização e sistematização da terminologia em uso no Gabinete de Intercâmbio e auxiliará os técnicos no acesso, gestão e actualização da informação de que necessitam.

Contudo, para que este recurso terminológico possa ter a qualidade necessária à satisfação e à melhoria dos serviços prestados pelos respectivos utilizadores, será necessária a criação de condições técnicas e materiais para a sustentabilidade do referido recurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Terminologia e linguística:

- **Barros, Lídia A. (2004)** – *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 79-88
- **Cabré, Maria T. (1993)** – *La terminología: Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries
- **Cabré, Maria T. (1999)** – *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*, Barcelona, IULA, UPF, pp. 151-162
- **Costa, Rute (2001)** – *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*. Tese de doutoramento. Lisboa: FCSH-UNL, pp. 1-298
- **Costa, Rute (2003)** – Constituição de corpora de especialidade. *In Actas da Associação Portuguesa de Linguística*. Org. Amália Mendes e Tiago Freitas. Lisboa: APL, pp. 254-256
- **Costa, Rute (2006)** – O necessário aproveitamento da terminologia portuguesa no processo de standardização da língua galega: Uma questão de metodologia. *In Lingua e investigación. XX Jornadas sobre língua e usos*. Corona: Universidade da Corona, pp. 135-139
- **Faulstich, Enilde (1998)** – “O estado da arte nas Ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia”. *In Alfa Revista Linguística*. São Paulo: UNESP. Vol. 42, pp. 11-40

- **Faulstich, Enilde (2001)** – *Aspectos de terminologia geral e terminologia varacionista*. Tradterm, Vol. 7, pp. 11-40. [Consult. 03.03.2017]
<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/viewFile/49140/53222>

- **Felber, Helmut (1984)** – *Terminology Manual*. Paris: Unesco and Infoterm. [Consult. 26.11.2016]
<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000620/062033EB.pdf>

- **Fernández-Silva et al. (2008)** – *La variación Denominativa en terminología desde una perspectiva cognitivo-discursiva*. Barcelona: IULA, UPF, pp. 1-16

- **Freixa, Judit (2002)** – *La variació terminològica: Anàlisi de la variació denominativa em textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de mediambient*. Tesi doctoral. Barcelona: Universitat de Barcelona

- **Freixa, Judit (2005)** – *Variación terminológica: ¿Por qué y para qué?* Montréal: Meta. Vol. 50, Nº. 4, pp. [Consult. 25.02.2017] <https://www.erudit.org/en/journals/meta/2005-v50-n4-n4/019917ar/>

- **Freixa, Judit (2013)** – Otra vez sobre las causas de la variación denominativa. In *Debate terminológico*. Nº. 9, pp.38-44
[Consult. 25.02.2017] <http://seer.ufrgs.br/riterm/article/viewFile/37170/24032>

- **Galisson, Robert; Coste, Daniel (1983)** – *Dicionário da didáctica das línguas*. Coimbra: Livraria Almedina

- **Gaudin, François (1993)** – *Pour une socioterminologie: Des problemes semantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen

- **Huston, Susan (2002)** – *Corpora in applied linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 14 – 16

- **Kennedy, Graeme (1998)** – *An introduction to corpus linguistics*. London and New York: Longman, pp. 1-82, 204-259

- **L’Homme, Maria C. (2004)** – *La terminologie: Principes et techniques*. Québec: Les Presses de l’Université de Montréal, pp. 74-78, [Consult. 15.03.2017]
https://books.google.pt/books?id=w222vwf6Mo0C&pg=PA83&hl=pt-PT&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false

- **Lino, Maria Teresa et al. (1991a)** – Terminologia da lexicologia e lexicografia. *Dicionário de termos linguísticos*. Vol. II, Lisboa: Cosmos

- **Lino, Maria Teresa et al. (1991b)** – Terminologia da terminologia e terminografia. *Dicionário de termos linguísticos*. Vol. II. Lisboa: Cosmos

- **Mc Enery, Tony; Wilson, Andrew (2001)** – *Corpus linguistics*. 2ª Edição. Edinburgh: Edinburgh University Press, pp. 1-130

- **Mendes da Costa (2000)** – Terminologia política e política terminológica. *In VII Simpósio Ibero-americano de terminologie e industrias da língua*. Org. Margarita Correia. Barcelona: ILTEC, pp. 309-320

- **Pavel, Silva; Nolet, Diane (2002)** – *Manual de Terminologia*. Canadá: Ministério das Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá, pp. XVII-140

- **Raposo, Eduardo et al. (Org). (2013)** - *Gramática do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I

- **Sager, Juan (1993)** – *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Madrid: Ediciones Pirámide, pp. 94-293-297

- **Silva, Raquel (2014)** – *Gestão da de terminologia pela qualidade. Processo de validação*. Tese de doutoramento. Lisboa: FCSH/UNL, pp. 87-143

- **Sinclair, John (1996)** – *EAGLES: Preliminary recommendations on corpus typology* (EAG – TCWG – CTYP/P), Version of May, pp. 8 – 12

- **Sinclair, John (2005)** – Corpus and text – Basic Principles. *In Developing Linguistic Corpora: a guide a good practice*. Ed. By Martin Wynne. Oxford: AHDS pp.5-24 [Consult. 15.03.2017]
http://icar.univ-lyon2.fr/ecole_thematique/contaci/documents/Baude/wynne.pdf

- **Teubert, Wolfgang (2004)** – Corpus linguistics. *In M.A.K. Holliday et al. - Lexicology and corpus linguistics: an introduction*. London and New York: Continnum, pp. 73-112

- **Wüster, E. (1979 [1998])** – *Introducción a la Teoría General de la Terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona, IULA, UPF, pp. 242-244

Relações Internacionais e Cultura:

- **Fernandes, António (1991)** – *Relações Internacionais. Factos teorias e organizações*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 11-36, 37-83

- **Fernandes, António (2015)** – *Relações Internacionais. Evolução, protagonistas e teorias*. Lisboa: Chiado, pp. 19-48

- **Magalhães, José C. (2005)** – *Diplomacia pura*. 1ª ed. Lisboa: Bizâncio, pp. 15-30

- **Ministério da Cultura de Angola (2007)** - *Política Cultural de Angola*. Luanda: MINCULT

- **Martins, Manuel (1995)** – *Relações internacionais (política internacional)*. Lisboa: Pedro Ferreira – Artes gráficas, 169-174

- **Pinto, Alberto O. (2015)** – *História de Angola da pré-história ao início do século XXI*. 1ª Edição. Lisboa: Mercado de Letras

- **Sousa, Fernando (2005)** – *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamentos – CEPESE
- **UNESCO (1969)** – *Cultural policy. A preliminary study*. 1ª Edição. Paris: UNESCO. [Consult.07.12.2016]<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000011/001173eo.pdf>

Outras referências:

- **Bellotto, Heloísa (1991)** – *Arquivos permanentes: Tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, pp. 30-61
- **Moreira, Isabel (2016)** – *Correspondência Comercial*. 3ª Edição, Lisboa: ETEP – Edições Técnicas e Profissionais
- **Sousa, António F. (2014)** - *Manual de Direito Administrativo Angolano*. Porto: Vida Económica

Legislações:

- Constituição da República de Angola (2010). 1ª Edição, Luanda: Imprensa Nacional, pp.39
- Decreto Presidencial nº. 268/14, de 22 de Setembro. Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Cultura, publicado no *Diário da República* em 22 de Setembro de 2014, I Série – N.º 175
- Decreto Executivo nº. 34/05, de 4 de Março. Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio, publicado no *Diário da República* em 4 de Março de 2005, I Série – N.º 3

- Lexlink. Legislação [Consult. 26.11.2016];www.lexilink.eu/legislação/geral/14793/ia-serie/por-tema

Norma:

- **NORMA ISO 1087 – 1 (2000)** – *Terminology work – vocabulary: Theory and Application*.
Genebra: ISO

